



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169190 - SP (2019/0325689-6)**

#### **RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

SUSCITANTE : RNG DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ADVOGADOS : JOEL LUIS THOMAZ BASTOS E OUTRO(S) - SP122443

IVO WAISBERG - SP146176

BRUNO KURZWEIL DE OLIVEIRA - SP248704

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES  
JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DO MEIER - RJ

SUSCITADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INTERES. : LUANA DE LIMA VARGAS

INTERES. : GUSTAVO GOMES DE SOUZA

#### **EMENTA**

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO CÍVEL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR PARA A PRÁTICA DE ATOS DE EXECUÇÃO.

1 - Nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte, é competente o juízo universal para prosseguimento de atos de execução que incidam sobre o

patrimônio de sociedade em processo falimentar ou de recuperação judicial.

2 - Conflito conhecido. Estabelecida a competência do juízo da recuperação judicial.

#### **DECISÃO**

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, em que consta RNG DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL como suscitante, o JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP, o JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DO MEIER - RJ e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO como suscitados.

Ação em trâmite na 2A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP: recuperação judicial da suscitante.

Ação em trâmite na 1A VARA CÍVEL DO MEIER - RJ: ação de cobrança

ajuizada por LUANA DE LIMA VARGAS e OUTRO, processo nº 0017046-67.2014.8.19.0208.

Recurso em trâmite no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (19ª CÂMARA CÍVEL): Agravo de Instrumento 0007466-79.2019.8.19.0000.

Conflito de competência: alegou que "a decisão proferida pelo MM. Juízo suscitado da 1ª Vara Cível Regional do Méier/RJ e mantida pelo MM. Juízo da Décima Nona Câmara Cível do E. Tribunal do Rio de Janeiro é diametralmente contrária ao entendimento consolidado deste C. Superior Tribunal de Justiça (...) que já decidiu reiteradas vezes, que o juízo competente para deliberar acerca do patrimônio das empresas em recuperação judicial é, única e exclusivamente, o juízo onde se processa a recuperação judicial".

Pleiteou, liminarmente, "sejam imediatamente suspensos os efeitos da r. decisão proferida pelo MM. Juízo suscitado da 1ª Vara Cível Regional do Méier/RJ e corroborada pelo MM. Juízo da Décima Nona Câmara Cível do E. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que determinou a expedição de mandado de pagamento em favor dos Autores da ação indenizatória nº 0017046-67.2014.8.19.0208", bem como "seja designado o MM. Juízo suscitado da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP para, em caráter provisório, resolver as medidas urgentes que versem sobre todas as questões do patrimônio da Suscitante, que estão em recuperação judicial".

Ao final, pugnou pelo reconhecimento da competência do Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP.

Informações dos juízos suscitados: prestadas às e-STJ fls. 79/83 e 86/89. O juízo da recuperação deixou de prestar informações.

Parecer do MPF: deixou de opinar.

RELATADO O PROCESSO, DECIDO.

Depreende-se dos autos que o processo de recuperação judicial da empresa suscitante está em regular andamento perante o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP.

Como é sabido, a jurisprudência desta Corte pacificou-se no sentido de que "os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-lei nº 7.661/45 ou da Lei nº 11.101/05, devem ser realizados pelo juízo universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da última norma" (EDcl no CC 133.470/SP, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 03/09/2015).

Na hipótese, portanto, não compete ao juízo diverso de onde tramita a recuperação judicial da empresa interferir no acervo patrimonial das suscitantes, mesmo quanto à penhora anterior ao deferimento da quebra, motivo pelo qual o conflito deve ser acolhido.

Forte nessas razões, CONHEÇO do conflito e declaro a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP para decidir acerca da prática de atos constitutivos sobre o patrimônio da empresa suscitante.

Publique-se. Intime-se. Comunique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora